

CAPÍTULO

2

Mercados e Governo numa Economia Moderna



Cada indivíduo esforça-se por aplicar o seu capital de modo que a sua produção tenha o valor máximo. Geralmente não tem intenção de promover o interesse público nem sabe sequer em que medida o está a fomentar. Pretende apenas a sua segurança, apenas o seu próprio ganho. E assim é levado por uma mão invisível a promover um fim que não fazia parte das suas intenções. Na prossecução do seu próprio interesse, promove frequentemente o interesse da sociedade de uma forma mais efectiva do que quando realmente o pretende fazer.

Adam Smith

A Riqueza das Nações (1776)

Este livro foca principalmente as economias de mercado dos países industrializados modernos. Antes do surgimento da economia de mercado, regressando aos tempos medievais, a aristocracia e as corporações das cidades dirigiam grande parte da actividade económica na Europa e na Ásia. Contudo, há cerca de dois séculos, os governos passaram a ter cada vez menor poder sobre os preços e os métodos de produção. Gradualmente, o feudalismo foi cedendo aos mercados, ou ao que chamamos o «mecanismo de mercado» ou o «capitalismo concorrencial».

Na maior parte da Europa e da América do Norte, o século XIX foi a era do *laissez-faire*. Esta doutrina, que significa «não interferir» sustenta que o governo deve interferir o menos possível nos assuntos económicos e deixar as decisões económicas para a tomada de decisão privada dos compradores e vendedores. Muitos governos seguiram esta filosofia económica em meados do século XIX.

Contudo, há cerca de um século, com numerosas experiências de excessos do capitalismo — incluindo corrupção, produtos perigosos e pobreza — a maior parte dos países industrializados começou a abandonar o *laissez-faire* puro. O papel do governo expandiu-se continuamente, regulando os monopólios, cobrando impostos sobre o rendimento e começando a assegurar segurança social aos idosos, desempregados e pobres.

Neste novo sistema, designado **Estado-Providência**, os mercados comandam as actividades económicas diárias específicas enquanto que os governos regulam as condições sociais e proporcionam pensões, cuidados de saúde e outros apoios às famílias pobres.

No final do século XX, a maré mudou outra vez, à medida que os governos conservadores em muitos países começaram a reduzir os impostos e a eliminar a regulação do Estado sobre a economia. Muitas indústrias detidas pelo Estado foram «privatizadas», as taxas dos impostos sobre o rendimento foram reduzidas e diminuiu a generosidade de muitos programas de apoio social de modo a que os governos pudessem contrariar o rápido crescimento das despesas.

A viragem mais radical em direcção ao mercado ocorreu na Rússia e nos países socialistas da Europa de Leste. Após décadas a elogiar as vantagens de uma economia dirigida pelo governo, por volta de 1990, estes países começaram a abandonar o planeamento central e iniciarem a difícil transição para uma economia de mercado descentralizada. A China, ainda que governada pela ditadura do partido comunista, gozou de uma expansão económica nas últimas três décadas ao permitir que empresas privadas e estrangeiras funcionassem no seu território. Países anteriormente pobres como a Formosa, a Tailândia e o Chile beneficiaram de um crescimento

rápido do rendimento ao optarem pelo capitalismo e ao reduzirem o papel do Estado nas suas económicas.

Esta história condensada das fronteiras oscilantes entre Estado e mercado levanta muitas questões. O que é exactamente uma economia de mercado e o que a torna um mecanismo tão poderoso de crescimento? O que é o «capital» no «capitalismo»? Que controlos governamentais são necessários para fazer com que os mercados funcionem de forma efectiva? Chegou o momento de compreender os princípios que estão subjacentes à economia de mercado e rever o papel do Estado na vida económica.